

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 017

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Antonio Carlos Belinati.

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, destaque e preferência para a votação da Proposição nº 092/2001, item 06 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco dos itens 01 e 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 12.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoio: Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 411, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 e 06 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Está em discussão o requerimento. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 412, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente, solicitando destaque e preferência para a votação da Proposição nº 092/2001, item 06 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, vamos votar inicialmente o item 06.

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 092/2001, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 391/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de água cobrada pela Sanepar às Vilas Rurais já existentes e autoriza também a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos naturais quando da implantação de saneamento básico em vilas rurais novas. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 345/2001

Curitiba, 08.11.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 209/2001, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 391/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar do pagamento da “taxa de água, cobrada pela Sanepar, às vilas rurais já existentes, desde que as mesmas tenham atividades direcionadas à agricultura.”

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento por ter sido considerado contrário ao interesse público, conforme esclarece, detalhadamente, o anexo Ofício nº 996/2001, de 01 de novembro de 2001, firmado pelo senhor diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, cujos termos, por mim endossados, constituem razões fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

DP 996/2001

Curitiba, 01 de novembro de 2001.

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretaria de Estado do Governo

Senhor Secretário:

Projeto de Lei n 391/2000

Recebemos o fax datado de 31.10.2001, encaminhando cópia do Projeto de Lei nº 391/2000, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e por ela aprovado no qual é proposta a isenção do pagamento da tarifa da água cobrada pela Sanepar das Vilas Rurais já existentes, desde que as mesmas tenham atividades direcionadas à agricultura, bem como autoriza a perfuração de poços artesianos e implantação de sistema de captação dos recursos hídricos naturais, destinados à irrigação, quando da instalação de saneamento básico em Vilas Rurais a serem implantadas.

Inicialmente em relação à isenção do pagamento da tarifa de água cobrada dos moradores de vilas rurais, quando o sistema é operado pela Sanepar, temos a esclarecer que o presente Projeto de Lei é inconstitucional por violar o princípio da isonomia, romper com o equilíbrio econômico/financeiro do Sistema e por se contrapor à disposição de lei que proíbe a Sanepar de prestar os seus serviços gratuitamente (artigo 7º da Lei Estadual nº 4.684 de 23.01.1963). Além do mais, não há previsão orçamentária necessária e indispensável para custear as despesas

geradas caso o presente Projeto seja transformado em Lei, estando, também, por este motivo viciada a iniciativa parlamentar.

Quanto a autorização de perfuração de poços artesianos em vilas rurais e destinados à irrigação temos a ponderar que não há nenhuma obrigação formal da Sanepar para com o fornecimento de água de seus sistemas implantados nas Vilas Rurais, sejam eles mantidos pela própria Sanepar ou pelas prefeituras municipais/Associações de Moradores, visando a irrigação de qualquer natureza e/ou atividades produtivas que requeiram a água como insumo, como por exemplo, criação de animais de qualquer porte.

A Sanepar alerta que o uso compartilhado dos sistemas de abastecimento de água das Vilas Rurais para o consumo humano e para a irrigação agrícola ou industrial poderá, a médio e longo prazo, ser desinteressante aos moradores face aos custos operacionais necessários para o tratamento da água destinada ao consumo humano, com a aplicação de cloro por exemplo que, em determinados casos, inviabiliza o uso da água para outras finalidades.

Aproveito a oportunidade, para esclarecer ainda, que a Emater e a Cohapar, com a colaboração da Suderhsa e da Sanepar estão desenvolvendo estudos e ações de campo para o uso da água como insumo produtivo, vinculados a projetos de irrigação e/ou fornecimento de água para uso industrial/comercial, devendo tais projetos integrarem o Programa Estadual de Vilas Rurais.

À vista do exposto, considerando que o presente projeto de lei não pode isentar determinado segmento de usuários dos serviços prestados pela Sanepar, sob pena de violação à Lei e à Constituição e pela ausência de previsão orçamentária para custear as despesas geradas, solicitamos providências para que o referido projeto seja integralmente vetado.

Colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, renovamos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) Carlos Afonso Teixeira de Freitas

Diretor presidente

(O Projeto de Lei nº 391/2000 encontra-se publicado, em redação Final, no DA nº 117/2001, de 30.09.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 092/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo veto o Projeto de Lei nº 391/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de água cobrada pela Sanepar às vilas rurais já existentes; autoriza a perfuração de poço artesiano e sistema de captação de recursos hídricos

naturais quando da implantação de saneamento básico em vilas rurais novas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

TIAGO AMORIN NOVAES - Relator

Solicito ao 1º secretário, deputado Fernando Guimarães a chamada dos senhores deputados para votação.

O Item 06 é veto apostado ao Projeto de Lei nº 391, de autoria do deputado Divanir Braz Palma.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Guimarães)
(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Neivo Beraldin também está participando da Junta Apuradora.

Trinta e um senhores parlamentares votaram.

Pela Manutenção do Veto, 12 senhores parlamentares.

Pela Derrubada do Veto, 17 senhores parlamentares.

E tivemos dois votos Nulos.

Fica Mantido o Veto.

Vamos votar agora, conforme requerimento aprovado, do item nº 01 ao item nº 05.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/2002 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Candói, imóvel com benfeitorias, com a denominação de “Estância Hidromineral Santa Clara”. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 455/2001

Curitiba, 26.12.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 330/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 143/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Candói, imóvel com benfeitorias, com a denominação de “Estância Hidromineral Santa Clara”, na localidade de Candói, constituído de uma área de 121 (cento e vinte e um) hectares, sendo 50 (cin-

qüenta) alqueires de terras, constituídos pelos quinhões nºs 6-A e 7, e ainda parte do quinhão nº 06, da subdivisão judicial do imóvel “Candói”, dentro de cuja área se acha localizada a fonte de água mineral Santa Clara, sendo que a área em causa está circunscrita nos limites descritos registrados no Cartário de 2º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, conforme matrícula nº 12.725, fls. 01 e 02”, para as finalidades que especifica.

O projeto de lei em causa não pode merecer acolhimento tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, considerando tal doação contrária aos superiores interesses públicos. A referida Secretaria de Estado, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão de sua estrutura, esclarece haver estudos para outras formas de utilização e destinação da Estância Hidromineral Santa Clara, em condições que melhor atendam às necessidades da Administração e, principalmente, aos anseios da comunidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 143/2001 encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 171/2001, de 20.11.2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 004/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Candói, imóvel com benfeitorias, com a denominação de “Estância Hidromineral Santa Clara”.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2000, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 133/2000.

Curitiba, 11 de agosto de 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 389/99, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam, reunida e integrada à Faculdade de Ciências e Letras daquele município.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, não só porque fere o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Carta Estadual, por vício de iniciativa, mas também em face da inexistência de recursos orçamentários para atendimento das decorrentes despesas, o que significa afrontamento aos artigos 133 e seguintes da mesma Constituição.

Por outro lado, não bastasse a apontada inconstitucionalidade, é adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, onde está bem demonstrado o fato de a medida ser, também, contrária aos superiores interesses da Administração.

“Em atenção à sua solicitação para pronunciamento sobre o Projeto de Lei nº 389/99, que se refere à criação da Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam, passamos a nos pronunciar abaixo.

Por ocasião da promulgação da nova Constituição Estadual, em 5 de outubro de 1989, os deputados constituintes instituíram, pelos artigos 57 e 59 dos Atos das Disposições Transitórias, duas novas Universidades, a Unicentro e a Univale, tendo sido implantada somente a Unicentro.

Porém, a maior extensão estava prevista no artigo 19 do mesmo Ato das Disposições Transitórias que estabeleceu que nos dez primeiros anos da promulgação desta Constituição, o Estado daria apoio às universidades públicas estaduais no sentido da descentralização de suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional nas respectivas microrregiões.

Esta descentralização ocorreu lentamente, com as universidades abrindo alguns cursos fora de sua sede, levando o ensino superior para outras localidades que não a sua sede.

Para se implantar uma universidade hoje, sob a vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as exigências são muito maiores que as da época da promulgação da Constituição de 1989, como se vê pela leitura do artigo 52:

Art. 52 - As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Entretanto, o mais importante a destacar é que o desenvolvimento da região de Campo Mourão não passa necessariamente por se investir numa grande e complexa infra-estrutura que uma instituição universitária demanda, e sim, aproveitar a capacidade já instalada pois, no eixo Cascavel - Londrina já existem três universidades mantidas pelo Estado e basta que essas instituições levem a oferta de seus cursos para a região.

Também nada impede que a própria Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - Fecilcam passe a ofertar outros cursos que a região estiver demandando, sem necessariamente transformar-se em universidade.

Essas alternativas, com certeza, demandariam a inversão de menos recursos financeiros e se consolidariam muito mais rapidamente, visto que as últimas universidades criadas, como a Unioeste e a Unicentro, ainda estão em processo de implantação.

Deve-se ainda frisar que o Centro Federal de Educação Tecnológica, por intermédio de sua Unidade Descentralizada de Campo Mourão, já instalada e que ofertava apenas cursos técnicos de nível médio, passou a ofertar, desde o início deste ano letivo, os cursos de formação de nível superior de Tecnologia da Construção Civil e de tecnologia de Alimentos, com três ênfases, a saber: indústrias de grão, tratamento de resíduos e meio ambiente, estando prevista a ampliação da oferta na área tecnológica industrial.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 389/99, encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 078/2000, de 14/06/2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 054/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 389/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a

instituir a Fundação Universidade Estadual da Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão - Unescam.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/2001, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 198/2001.

Curitiba, 27 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 068/2001 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 344/99, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir programa de incentivo ao esporte amador e o Conselho Estadual de Esporte Amador, assim como dispor sobre recursos orçamentários e extra-orçamentários para o necessário suporte financeiro.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, implicando em despesas não previstas pela Lei Orçamentária, nem na Lei de Diretrizes Orçamentárias, afronta os artigos 133 e seguintes da Carta Estadual e ainda, por ferir a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) porque gerando despesa não prevista, de caráter obrigatório e continuado, não guarda consonância com os artigos 15 a 17 da referida Lei Complementar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 344/99, encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 044/2001, de 24/04/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 062/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles Mello, que objetiva instituir o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 080/2001 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 013/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG Nº 319/2001

Curitiba, 22.08.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 189/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 013/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo o processo sido de iniciativa do governador, fere o artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 013/2000 encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 090/2001, de 26.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 080/2001

P A R E C E R :

A proposição em análise, encaminha veto apostado pelo Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 013/2000, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Estado do Paraná - CEAO, de autoria da nobre senhora deputada Luciana Rafagnin.

A negativa de sanção está fundamentada no entendimento de que é competência privativa do governador a iniciativa da proposta em tela, na forma preceituada no

artigo 87, inciso VII, da Constituição do Estado, entendimento este adverso deste Poder, conforme os posicionamentos contidos no processado, através das doutas comissões temáticas que analisaram o Projeto original.

No que concerne à análise do veto, o mesmo fôra apostado dentro dos prazos e requisitos impostos pelo parágrafo 1º, do artigo 71, da Carta Magna Estadual, estando a proposição governamental em perfeitas condições de merecer a deliberação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer pela apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 090/2001 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG Nº 343/2001

Curitiba, 08.11.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 225/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 093/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a destinar nunca menos de 1% (um por cento), dos recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes”.

A medida não mereceu acolhimento por estar eivada de inconstitucionalidade, eis que fere o artigo 167, da Magna Carta e o artigo 135, da Constituição Estadual, os quais vedam vinculação de receita de impostos na forma pretendida.

Apresentando maior detalhamento quanto à impossibilidade de acatamento ao presente projeto de lei, é adiante transcrito parecer expendido pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“Inicialmente, cumpre observar, no que tange ao produto da arrecadação do ICMS, o disposto no inciso IV do artigo 167 e no artigo 212 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 167 - São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se refere os artigos 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desen-

volvimento do ensino, como determinado pelo artigo 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no artigo 165, parágrafo 8º.

Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção de desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do artigo 213.

§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no artigo 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º - O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Assim, pelo princípio da não vinculação, ilegal é que parcela da receita do ICMS dos Estados seja previamente destinada a um fim específico, tendo em vista que a repartição do resultado da arrecadação deste imposto é regulada pelo texto constitucional.

Não pode deixar de ser ressaltado ainda que, não obstante essa vedação constitucional, se tal projeto fosse aprovado acarretaria perdas na arrecadação que trariam ainda maiores dificuldades às já combalidas finanças do Estado e também dos municípios, uma vez que a estes são repassados 25% da arrecadação do ICMS, conforme dispõe o artigo 158 da Carta Magna:

...

Art. 158 - Pertencem aos Municípios:

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Do exposto, embora louvável a iniciativa do nobre deputado, entendemos que o referido projeto de lei não deve ser aprovado por contrariar dispositivo constitucional”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 093/99 encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 130/2001, de 20.09.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 090/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 093/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o Fundo de Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Solicito ao senhor deputado Fernando Guimarães, 1º Secretário da Casa, a proceder a chamada dos senhores parlamentares, para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Guimarães)
(Procede à Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 31 parlamentares.

Designo os seguintes deputados para comporem a comissão escrutinadora: Irineu Colombo, Neivo Beraldin e Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaram 31 senhores parlamentares:

- pela manutenção dos vetos, onze (11) deputados;
- pela derrubada dos vetos, vinte (20) senhores deputados, num total de 31.

Ficam mantidos os vetos do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 13, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 010, 017, 018, 021, 023 e 031/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Algaci Tulio, Sérgio Spada e Moysés Leônidas. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 707/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. **CONCEDIDO VISTAS** ao deputado José Maria Ferreira; 02) Proposição-veto nº 015/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer **FAVORÁVEL** ao encaminhamento a Plenário do deputado Antonio Carlos Belinati - **APROVADO**; 03) Proposição-veto nº 042/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer **FAVORÁVEL** ao encaminhamento a Plenário do deputado Antonio Carlos Belinati - **APROVADO**; 04) Proposição-veto nº 028/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer **FAVORÁVEL** ao encaminhamento a Plenário do deputado Antonio Carlos Belinati - **APROVADO**; 05) Projeto de Lei nº 225/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões - **APROVADO**; 06) Projeto de Lei nº 448/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões - **APROVADO**; 07) Projeto de Lei nº 608/2001, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - **APROVADO**; 08) Projeto de Lei nº 613/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões - **APROVADO**; 09) Projeto de Lei nº 615/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões - **APROVADO**; 10) Projeto de Lei nº 619/2001, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - **APROVADO**; 11) Projeto de Lei nº 622/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - **APROVADO**; 12) Projeto de Lei nº 654/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - **APROVADO**; 13) Projeto de Lei nº 688/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - **APROVADO**; 14) Projeto de Lei nº 697/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer **FAVORÁVEL** do deputado Carlos Simões na forma da emenda

anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 005/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 16) Proposição-veto nº 046/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 17) Proposição-veto nº 032/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 18) Proposição-veto nº 019/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 19) Proposição-veto nº 006/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 20) Proposição-veto nº 074/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 21) Proposição-veto nº 033/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 22) Proposição-veto nº 020/2002, visa vetar o Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 694/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 013/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 25) Proposição-veto nº 012/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 26) Proposição-veto nº 039/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 452/2001. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 27) Proposição-veto nº 025/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 482/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Sérgio Spada; 29) Projeto de Lei nº 016/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 509/2001 de autoria do deputado Ademir Bier, Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 512/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 33) Proposição-veto nº 024/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 042/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Marcos Isfer - APROVADO;

34) Proposição-veto nº 038/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 35) Proposição-veto nº 11/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 425/2000 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 698/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 708/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 315/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 266/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 689/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer na forma da emenda anexa - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 456/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer do deputado José Maria Ferreira solicitando CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 42) Projeto de Lei nº 548/99 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer do deputado José Maria Ferreira solicitando a CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO; 43) Projeto de Lei nº 705/2001 de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 44) Proposição-veto nº 001/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 206/99, de autoria do deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 45) Proposição-veto nº 043/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 46) Proposição-veto nº 016/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 262/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 47) Proposição-veto nº 029/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 072/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 021/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer do deputado Duílio Genari solicitando a CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Educação e ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - Detran - DEFERIDO; 49) Projeto de Lei nº 711/2001, de autoria do deputado

Ricardo Maia. Parecer do deputado Duílio Genari solicitando a CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Educação e ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN - DEFERIDO; 50) Projeto de Lei nº 531/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 527/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e Marcos Isfer; 52) Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 53) Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e Caíto Quintana; 54) Projeto de Lei nº 667/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. CONCEDIDO VISTAS aos deputados José Maria Ferreira e Hermes Fonseca; 55) Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Sérgio Spada - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
02ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala das reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Sérgio Spada, Duílio Genari, Caíto Quintana, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca e Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 031/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2002, de autoria do deputado Tony Garcia e outros. Parecer do deputado Ademar Traiano solicitando CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO; 04) Proposição-veto nº 044/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 120/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Ademar Trai-

ano - APROVADO; 05) Proposição-veto nº 030/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 421/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 06) Proposição-veto nº 002/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 031/99 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 07) Proposição-veto nº 017/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 596/99 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 460/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 667/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 10) Proposição-veto nº 034/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 098/2000 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Proposição-veto nº 048/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 199/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Proposição-veto nº 021/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 331/2001 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Proposição-veto nº 007/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 060/2001 de autoria da CPI dos Medicamentos. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 001/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 455/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Caíto Quintana; 16) Projeto de Lei nº 008/2002 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Sérgio Spada; 17) Projeto de Lei nº 351/2001 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 532/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 024/2002 de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 025/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 643/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Caíto Quintana - APRO-

VADO; 22) Projeto de Lei nº 678/2001 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Caíto Quintana - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 703/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer do deputado Caíto Quintana solicitando CONVERSÃO DA MATÉRIA EM DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 642/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 462/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 026/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 004/2002 de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 007/2002 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 040/2002 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 012/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 062/2002 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 046/2002 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda - APROVADO; 33) Proposição-veto nº 018/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Carlos Simões. - APROVADO; 34) Proposição-veto nº 045/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 547/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Carlos Simões - APROVADO; 35) Proposição-veto nº 031/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 028/2001 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk e Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Carlos Simões - APROVADO. 36) Proposição-veto nº 004/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 143/2001 de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Carlos Simões - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 019/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 664/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 599/2001 de autoria do deputado Tony Garcia, Pare-

cer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 686/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 014/2001 de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 680/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 542/1999 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 443/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 693/2001, de autoria do deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 690/2001 de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 679/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 527/2001 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 411/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 511/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 027/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 353/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 52) Proposição-veto nº 014/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 382/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 53) Proposição-veto nº 041/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 54) Proposição-veto nº 010/2002 de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 343/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 55) Proposição-veto nº 037/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 310/2000 de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 56) Proposição-veto nº 023/2002, de autoria do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 44/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à

Plenário do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 482/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 58) Projeto de Lei nº 338/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO, com voto contrário dos deputados Antonio Carlos Belinati, Ademar Traiano e Carlos Simões; 59) Projeto de Lei nº 339/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 60) Projeto de Lei nº 348/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. O senhor presidente determina a retirada do referido Projeto em pauta; 61) Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Marcos Isfer. O senhor presidente DETERMINA ENVIO DE CÓPIAS a todos os deputados desta Comissão; 62) Projeto de Lei nº 556/2001 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 63) Projeto de Lei nº 013/2002 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 64) Projeto de Lei nº 668/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e Hermes Fonseca; 65) Projeto de Lei nº 258/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 66) Projeto de lei nº 568/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Caíto Quintana; 67) Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário-APROVADO; 68) Projeto de Lei nº 207/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 69) Projeto de Lei nº 433/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 14ª LEGISLATURA- 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala das Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Sérgio Spada e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 079/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA -14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 29/2001 e 128/2001, na sequência deputado Cleiton Kielse relatou os Projetos de Lei nºs 006/99, 428/2000, 12/2001, 24/2001, 585/2001, 63/2001 e aos 311/2001 e 008/2002 (anexados), que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou o trabalhos dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária